



REGULAMENTAÇÕES EUROPEIAS E A POLÍTICA DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS LIVRES DE DESMATAMENTO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA CADEIA DA PECUÁRIA BOVINA BRASILEIRA

Louise Nakagawa¹, Lisandro de Souza Inakake²

¹ PhD em Energia, Pesquisadora de Projetos de Cadeias Agropecuárias no Imaflora

² Engenheiro Agrônomo, Coordenador de Projetos Sênior na Área de Cadeias Agropecuárias Responsáveis no Imaflora

mensagens-chave

✓ As propostas de legislações da União Europeia e do Reino Unido podem servir como importantes mecanismos de redução do desmatamento no Brasil, reforçando as políticas públicas já existentes. No entanto, a forma como serão implementadas, e o alcance de sua eficiência, ainda é bastante incerta.

✓ Os principais desafios da cadeia da carne bovina referem-se à disponibilidade de dados públicos, para dar maior transparência e qualificar a rastreabilidade, mas também à necessidade de monitoramento dos fornecedores indiretos e, sobretudo, à reintegração daqueles que querem se adequar às exigências do mercado.

O Brasil possui importante papel na produção, bem como na exportação de commodities agrícolas. No intervalo de poucas décadas, o país deixou de ser deficitário na produção de alimentos para tornar-se um dos maiores exportadores do mundo. No entanto, o desempenho desse sistema agroalimentar tem custado a expansão crescente das fronteiras agropecuárias sobre enormes áreas de vegetação nativa, causando não apenas o desmatamento, mas outros impactos socioambientais como a escassez de água e assoreamento de rios, a perda de espécies endêmicas, a redução do estoque de carbono e a alta concentração de recursos financeiros e fundiários que, por sua vez, impactam no desenvolvimento territorial dessas regiões.

A evolução da dinâmica da produção e do desmatamento, ao longo das últimas três décadas, impulsionou a elaboração e implementação de protocolos e acordos, visando responder à expansão da conversão de áreas com vegetação nativa. No início dos anos 2000, com a mudança no governo federal e maior participação das organizações da sociedade civil, foram criadas uma série de ações públicas e privadas que culminaram na redução do desmatamento na Amazônia. Na esfera pública, em 2002, foi lançado o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que criou diversas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, totalizando 487 mil km² (12% da área total do bioma) protegidos entre 2003 e 2006. Em 2004, o governo também criou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), agregando uma série de medidas que buscavam ampliar o monitoramento, a fiscalização e o controle sobre a região amazônica (Piatto & Inakake, 2016).



Dentro desse contexto, indústrias processadoras, redes varejistas e investidores se comprometeram a eliminar o desmatamento de suas cadeias de suprimentos. A conversão da vegetação nativa relacionada ao consumo de commodities na União Europeia (UE) correspondeu a 16% do total de desmatamentos em regiões tropicais com risco florestal (cerca de 203 mil hectares) em 2017, enquanto no Reino Unido essa associação ultrapassou os 31 mil hectares convertidos (Pendrill et al., 2020; WWF 2021). Com isso, ambos iniciaram a elaboração de propostas de regulamentos, visando aumentar a transparência das cadeias de fornecimento de um conjunto de commodities – como carne bovina, soja, café, cacau, madeira, entre outros – e diminuir o risco de desmatamento associado às suas importações.

AS PROPOSTAS LEGISLATIVAS DA UNIÃO EUROPEIA E DO REINO UNIDO

Embora as propostas da UE e Reino Unido sejam de abrangência nacional, possuem potencial de gerar impactos transfronteiriços, pois acabam influenciando as políticas dos países exportadores e as práticas das empresas multinacionais. Se de um lado, existe a expectativa de que essas legislações fortaleçam as políticas já existentes ou impulsionem a elaboração de políticas mais restritivas, de outro, há a preocupação sobre o aumento dos custos de produção ou mesmo a ocorrência de um boicote comercial. Nesse sentido, diversas discussões têm ocorrido, tanto no âmbito internacional quanto internamente no Brasil, para entender em que medida essas propostas afetarão as cadeias produtivas no país.

Em entrevistas com representantes de diferentes segmentos da pecuária bovina no Brasil, o que se observa é que ambas as legislações poderão gerar resultados positivos, ao conseguir dissociar o comércio de commodities e o desmatamento. Contudo, a abrangência e o grau de eficiência dessas regulamentações ainda são incertos, já que nem UE nem Reino Unido são o principal parceiro comercial do Brasil para a maioria das commodities negociadas. Em 2021, o país produziu cerca de 9,5 milhões de toneladas de carne bovina (USDA, 2021), e as projeções são de crescimento neste ano de 2022. Mas, apesar de ser o maior produtor mundial de carne bovina, batendo o seu recorde

de exportação que ultrapassou 26%, grande parte dos produtos é consumido internamente – quase 74% foram consumidos internamente em 2021 (Abiec, 2021). No mesmo ano, a participação de mercado da carne bovina brasileira na UE foi de apenas 8,26%, enquanto 44% das exportações (em US\$) foram para a China (SisComex, 2021).

Na cadeia de valor da carne, a maior pressão para o monitoramento e rastreabilidade têm recaído sobre os produtores, processadores e varejistas, principalmente os que operam na Amazônia. Semelhante ao que ocorre na soja, há uma manifestação entre os atores ligados ao setor privado afirmando que não há políticas públicas e incentivos para promover a conservação da vegetação nativa. Nesse sentido, existe uma preocupação do setor produtivo brasileiro em torno das exigências que serão feitas com relação à rastreabilidade da cadeia e potenciais efeitos colaterais dessas legislações. Por exemplo, o cumprimento delas certamente implicará no aumento da demanda por investimentos – potencialmente privados – sem garantias de retornos financeiros para o setor, haja vista o retrocesso de incentivos e de políticas públicas, sobretudo por parte do governo federal, em desestruturar as estratégias de conservação da vegetação nativa. Além disso, também existe uma lacuna de disponibilização de dados confiáveis e validados pelo governo, que auxiliariam na rastreabilidade e transparência da cadeia.

Em contrapartida, apesar das incertezas sobre a forma como essas regulamentações serão implementadas e os investimentos necessários para que o setor se adeque às exigências do mercado europeu, o Brasil possui mecanismos que podem endereçar, em alguma medida, a problemática da conversão da vegetação nativa em suas cadeias. O TAC da Carne Legal é um exemplo desse tipo de mecanismo e que vem atuando no combate ao desmatamento na Amazônia desde 2009. Ao longo de mais de uma década, tem sido uma importante ferramenta de monitoramento dos fornecedores diretos de gado no bioma, mas que precisa monitorar também os fornecedores indiretos, para evitar os casos de lavagem e triangulação na cadeia.

Nesse sentido, as organizações da sociedade civil têm alertado que sem a implementação de regras muito claras, por parte da UE e Reino Unido, pode-se agravar ainda mais os casos de ilegalidades na cadeia, criando um cenário pior



que o existente hoje. Isso só reforça a necessidade e urgência em avançar no monitoramento dos fornecedores indiretos, mas, ao mesmo tempo, buscar regularizar a situação daqueles fornecedores que têm interesse em se adequar às exigências do mercado para se reintegrar à cadeia. Por fim, existe um temor de que ambas as regulamentações acabem induzindo os importadores europeus a boicotarem produtos brasileiros, especialmente vindos da Amazônia que, por sua vez, poderá induzir o aumento da informalidade do campo ou, ainda, que seja criado um mercado específico para produtos que não tenham origem na Amazônia, impactando negativamente a economia da região.



BOI NA LINHA

A plataforma de transparência da cadeia de valor da carne bovina.

A Plataforma Boi Na Linha é ponto central (hub) que reúne e possibilita o acesso a sistemas, ferramentas, dados e informações técnicas para uma cadeia da carne bovina livre de desmatamento.

Nos bastidores, desenvolvendo as soluções, atua um time de especialistas que conta com parceiros estratégicos nacionais e internacionais. São dois os objetivos principais: apoiar e ampliar a implementação dos compromissos socioambientais. Desta forma, produtores, frigoríficos de todos os portes, curtiúmes, redes de supermercado e também investidores podem encontrar neste ambiente os materiais que os auxiliarão na implementação dos compromissos.

Além, é claro, da sociedade civil, que passa a contar com uma fonte de dados e recursos para acompanhar a evolução dos acordos assumidos pela cadeia.

Conheça e se envolva!

www.boinalinha.org

www.beefontrack.org

Referência

Abiec (2021). Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. Exportações, disponível em: <http://abiec.com.br/exportacoes/>. Consultado em janeiro de 2021.

Pendrill, F., Gardner, T. A., Meyfroidt, P., Persson, U. M., Adams, J., Azevedo, T., ... & West, C. (2022). Disentangling the numbers behind agriculture-driven tropical deforestation. *Science*, 377(6611), eabm9267.

Piatto, M. & Inakake, L. (2016). 10 anos da Moratória da Soja na Amazônia: História, impactos e a expansão para o Cerrado. Piracicaba, SP: Imaflora, 2017, 68 p.

SisComex (2021). Dados de exportação de carne bovina em 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/en/geral>. Consultado em 20 de setembro de 2022.

USDA (2021). United State Department of Agriculture. Livestock and Poultry: World Markets and Trade. Disponível em: https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/livestock_poultry.pdf. Consultado em janeiro de 2021.

WWF (2021). Stepping Up? The Continuing Impact of EU Consumption on Nature Worldwide. Brussels: World Wildlife Fund. Available at: <https://www.wwf.nl/globalassets/pdf/stepping-up-the-continuing-impact-of-eu-consumption-on-nature-worldwide.pdf>

Agradecimentos

As análises deste documento foram conduzidas com o apoio de colegas do Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS) e da WWF Brasil.



Fonte: Shutterstock





O Imaflora é uma organização não governamental brasileira, criada em 1995, para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios sociais no setor florestal e agrícola.

